

● ENTREVISTA

# FALTA DE ASSISTENTES SOCIAIS PREOCUPA ORDEM

A Direcção Nacional da Ordem dos Assistentes Sociais (OAS) realiza, entre hoje e amanhã, a primeira visita oficial à Região Autónoma da Madeira, depois da criação da instituição

TÂNIA COVA  
tcova@dnoticias.pt

A Ordem dos Assistentes Sociais é uma estrutura recente. Que impacto concreto já conseguiu afirmar no plano nacional? A profissão de Assistente Social é uma profissão centenária, das mais antigas no campo das ciências sociais e humanas, mas cuja regulação foi sendo adiada, de tal modo que a Ordem dos Assistentes Sociais (OAS) está hoje entre as três mais jovens Ordens profissionais no país. Importa salientar que o caminho para a regulação da profissão foi muito disputado e encontrou muitos bloqueios políticos, institucionais e mesmo interpares. Era frequente a pergunta porque querem os Assistentes Sociais uma Ordem profissional? Isto é, a capacidade e necessidade de regulação da profissão não era assunto consensual. Estes bloqueios foram vencidos com muita persistência, diálogo e muitíssima determinação por parte da categoria profissional. Todavia os mais de 20 anos de luta pela Ordem correspondem também a 20 anos de desregulação, com consequências na erosão das funções e campos atribuídos ao desempenho dos Assistentes Sociais. Pode falar-se mesmo em usurpação de funções que frequentemente foram desempenhadas com menor capacitação e até com ausência de vinculação ética e deontológica. A criação da OAS tem-se saldado num renovado reconhecimento profissional, a que se associa uma maior visibilidade e reputação da profissão. Comprovamos que ser uma profissão que se conhece não se torna automaticamente em re-

conhecimento, quer politicamente, quer civicamente, quer entre os seus pares. Estamos muito agradados com a luta que desenvolvemos e com a renovada vinculação a compromissos profissionais ética e deontologicamente sustentados.

O trabalho que se vem desenvolvendo a par de outras Ordens tem cimentado a transdisciplinaridade como uma mais-valia, com benefícios mútuos, e que tem permitido reforçar o debate e a presença em muitos campos das políticas públicas. Não só a união faz a força como qualifica as forças e as dirige para objectivos essenciais.

Temos Ordem, logo crescemos em reconhecimento e em parceria interprofissional.

Que desafios persistem actualmente na regulação do exercício profissional dos assistentes sociais em Portugal? O primeiro grande desafio é o de alargar e consolidar a regulação nas várias dimensões legalmente previstas. Desde logo ampliar o conhecimento social sobre as funções e os objectivos primeiros da OAS, onde se destaca, em primeiro lugar, o interesse público e, em segundo lugar, a garantia da defesa esclarecida da profissão.

A OAS está a reforçar os meios de audição das/dos cidadãs utentes dos serviços, não só as suas queixas, mas também as suas propostas.

Importa ainda consultar as entidades, instituições e serviços, o que tem permitido reanalisar as funções atribuídas às/aos Assistentes Sociais em cada sector de actividade. Neste exercício, a OAS tem acedido à diversidade de lógicas de atribuições funcionais e à sua (des)adequação.

Manter estreita ligação com todas as entidades empregadoras de Assistentes Sociais é um objectivo forte da OAS, actuando não só como um recurso de avaliação, mas também de apoio e consulta relativamente às melhorias que se entendam úteis.

Temos de concordar que uma regulação mais completa exige investimentos variados e tem de contar com a participação das/dos Assistentes Sociais, como agentes de sensibilização e de suporte a formas mais robustas de profissionalidade.

Refira-se que cumprir a regulação é, também, investir na montagem de uma orgânica com significativo grau de complexidade, em sintonia com as exigências burocrático-administrativas de uma associação de direito público.

Temos Ordem, logo exercemos a regulação profissional, jun-



to de profissionais e respectivos sectores de actividade, de acordo com os ditames e espaços legalmente consagrados.

**A valorização das carreiras e das condições de trabalho continua a ser uma reivindicação central. Que respostas têm sido dadas até agora?** Nesta questão devemos distinguir entre matérias que são do foro sindical (nas quais as Ordens estão impedidas de interferir) e outras condições de trabalho e dignidade do exercício profissional.

A OAS tem sido amplamente solicitada para analisar as funções atribuídas às/aos Assistentes Sociais, matéria em que se expressa muito descontentamento destas/destes profissionais. Nem tudo se deve ao desconhecimento do que está estabelecido legalmente e, por isso, a OAS tem proporcionado esclarecimentos e apoios com a respectiva fundamentação. Trata-se de matéria que tem exigido a interlocução com entidades empregadoras, entre as quais se têm evidenciado graus muito diversos de disponibilidade para correcções e melhorias.

E, com certeza, um longo percurso que não pode ser solitário, mas exige articulações interprofissionais, inter e intra-institucionais e que não pode dispensar o papel das tutelas governativas em vários domínios das políticas e medidas públicas e sociais.

Temos Ordem, logo temos condições para melhorar as condições de trabalho e dignidade profissional dos Assistentes Sociais.

**Os assistentes sociais lidam hoje com problemas sociais cada vez mais complexos. O sistema público tem acompanhado essa exigência? A complexidade dos problemas da contemporaneidade faz apelo, antes de mais, a diagnósticos actualizados e em permanente actualização. Os instrumentos diagnósticos carecem ainda de uma articulação intersectorial e interinstitucional que nem sempre é praticada. A fragmentação do conhecimento da realidade social é uma severa adversidade para encontros frutuozos no campo das acções necessárias.**

Por outro lado, ainda hoje se constata muitas intervenções incompletas, com recursos insuficientes e sujeitas a lógicas que adiam os problemas sociais em relação a outros sectores.

A OAS tem tomado como seu contributo a necessidade de dar centralidade e prioridade aos problemas sociais e de coesão social, sem o que as sociedades ficam incompletas e até distorcidas na afirmação da dignidade humana, como elemento inadiável e não transacionável na vida individual e colectiva.

Espera-se dos sistemas públicos uma atenção reforçada e proporcional à intensidade e severidade dos problemas. É, certamente, um campo onde cabe maior e melhor investimento, tanto mais urgente quanto de si dependem muitas acções e

prestações entregues à gestão do sector solidário. A necessidade de maior acompanhamento e de mais adequado financiamento, por parte do sistema público, terá tradução em melhores serviços, instituições mais completas nas suas funções e profissionais mais reconhecidos no exigente trabalho quotidiano.

Temos Ordem, logo pugnamos pelo reforço da intervenção pública, nas suas várias modalidades de acção.

**O que motiva esta primeira visita oficial à Região Autónoma da Madeira e que objectivos concretos pretendem alcançar?** Corresponde a um desígnio de aproximação e aprendizagem com a realidade do terreno, seus problemas de longa data e emergentes, bem como das condições locais e gerais para o enfrentamento desses problemas e para a construção de bem-estar, sobretudo para a população mais vulnerável. O contacto com sectores tão diversos de intervenção no campo social oferece-se a uma interlocução cujo presente queremos reforçar no futuro.

Ao longo do seu trabalho, a Direcção da OAS propõe-se praticar a mesma lógica de proximidade e participação na 1.ª pessoa, que está tão presente no agir profissional dos Assistentes Sociais. Assim, pretende-se juntar à vista panorâmica uma outra visão localizada, permitindo, portanto, ver e compreender a totalidade, que importa comprometer para melhor actuar.

Temos Ordem, logo somos uma profissão mais unida e que nutre um conhecimento rigoroso e de proximidade em direcção a soluções que necessariamente envolvem o sector público, mas também o social e o privado.

**Que expectativas têm relativamente à realidade profissional e social que vão encontrar na região? A primeira expectativa que a OAS tem já está a ser cumprida. Tem que ver com a disponibilidade das entidades e organizações locais em receberem a direcção da Ordem. Importa salientar que todos os pedidos apresentados pela OAS foram positivamente respondidos (com excepção apenas de agendas institucionais sem espaço para incluir mais actividades).**

Temos, também, como expectativa apresentar os grandes objectivos da Ordem e a sua agenda de trabalho, aberta a propostas que visem a melhoria das condições de vida dos cidadãos e contribuam para fortalecer e qualificar os/as profissionais.

Espera-se, ainda, recolher contributos para conhecer melhor os problemas vividos em diversos sectores de actuação governativa e encetar uma apreciação conjunta dos pro-



## A CONHECIDA INSUFICIÊNCIA DE ASSISTENTES SOCIAIS EM NÚMERO E POR CAMPO DE ACTIVIDADE NA RAM É UMA INEGÁVEL PREOCUPAÇÃO PARA A OAS

blemas, alguns dos quais, como se sabe, têm dimensão e persistência que importa considerar.

Temos Ordem, logo temos uma parceria reforçada para a apreciação e enfrentamento dos problemas, de acordo com o propósito de vencermos os problemas e não nos deixarmos vencer por eles.

**O número de profissionais actualmente inscritos na Madeira suscita alguma preocupação quanto à capacidade de resposta?** A conhecida insuficiência de Assistentes Sociais em número e por campo de actividade na RAM é uma inegável preocupação para a OAS. Esta dificuldade afecta os resultados que nós e a sociedade queremos ver traduzidos na melhoria da vida dos cidadãos. Simultaneamente, cria na OAS a expectativa de reforço e de mais robusto contributo nas áreas da educação, da justiça, da habitação, da saúde e da segurança e acção social.

Trabalhar formas de colmatar a carência de Assistentes Sociais nalgumas áreas é uma outra expectativa que trazemos para esta visita. A RAM enfrenta a dificuldade de ter deixado de ter formação específica em Serviço Social, com a consequente insuficiência destes profissionais e uma tendência para a sua substituição por profissões sem equivalência ao nível das competências requeridas. Espera-se que actos profissionais consagrados possam ajudar a retomar o caminho de uma intervenção multiprofissional, em vez da intrusão e da inespecificidade profissional. Apesar de não ser um viés apenas registado nesta área, tem no Serviço Social um expoente que acresce a nossa preocupação e acrescenta à regulação a processar.

Temos Ordem, logo temos acreditadas expectativas face ao reforço e reconhecimento da especificidade de actuação profissional dos/das Assistentes Sociais.

**Que temas considera prioritários nas reuniões com as entidades regionais nas áreas da saúde, habitação e inclusão social? Deixar claro o papel e responsabilidades público-legais da Ordem, contrariando visões e perspectivas passadistas face ao seu papel, é um propósito primordial.**

A este se associa o debate sobre as principais áreas de problemas, mas igualmente sobre a vantagem de uma parceria actuante e disponível para contribuir para um melhor sistema social, de bem-estar e com foco no desenvolvimento local.

As áreas referidas — saúde, habitação e inclusão social — estão hoje no topo das preocupações sociopolíticas e cívicas. Todos sabemos que

não é tolerável ter sociedades com divisões profundas entre os que acedem e os que não conseguem aceder a serviços e bens sociais. Sociedades divididas são sociedades onde todos sentem o desconforto e, por isso, são sociedades afastadas dos critérios de felicidade e atractivas para todos.

Ser capaz de contribuir para boas práticas e medidas com resultados comprovados pode ser um contributo da OAS, designadamente criando o trabalho dos Núcleos Temáticos em funcionamento.

Colocar a formação ao longo da vida como um instrumento mais do que nunca indispensável, apoiando o cumprimento da formação anualmente prevista e dos temas mais momentosos em cada sector.

Julgamos, ainda, que a localização na RAM de um Núcleo Territorial da OAS se inscreve no propósito de proximidade e reforço profissional com significado local, mas também global.

Temos Ordem, logo temos parceria para priorizar e qualificar áreas em carência de intervenção.

**Que importância terá a audição com os assistentes sociais da região na definição das prioridades da Ordem? Contactar com as circunstâncias locais e os problemas a partir da perspectiva de quem os conhece por dentro é um exercício insubstituível na intervenção necessária.**

Esta visita visa também reconhecer o papel e desempenho dos/das Assistentes Sociais, que têm reduzidos momentos de reconhecimento do seu agir (apesar de serem tão escrutinados publicamente).

Conseguir avançar no esforço de qualificação e perspectiva reflexiva sobre a realidade local é uma mais-valia que gostaríamos de deixar acentuada.

Temos Ordem, logo teremos profissionais reconhecidos e de quem os serviços e sectores esperam acção, mas também pensamento e propostas adequadas e que são ouvidas.

**Que resultados ou sinais espera que esta visita possa gerar, a curto prazo, para os profissionais e para a intervenção social na Madeira? Para não citar a conhecida expressão, resultados só no fim do jogo. Sempre diria que estabelecer pontes e contactos olhos nos olhos e trocar perspectivas para melhorar o desempenho institucional e dos serviços, bem como dos profissionais, é a expectativa que nos alimenta para ganhos maiores.**

Contribuir para o empoderamento do local e dos que o vivem e moldam todos os dias é também algo que salientamos desde já.

Como última nota, lembrar que nestas visitas descentralizadas as regiões autónomas estão a ter especial prioridade, não só pelas suas circunstâncias mas, também, pelo potencial de acolhimento e de mudança que podem desenvolver.

Temos Ordem, logo sabemos que o futuro e a mudança implicam agentes disponíveis e empoderados.